

POLITICA SALARIAL

Em relação à política salarial a posição das três AD's é de que ela seja a mesma do funcionalismo, ou seja em Fevereiro nossos salários devem ser reajustados no mínimo em 25,43%.

O nosso reajuste de Janeiro, maior que o restante do funcionalismo, deve ser tomado como uma primeira recuperação parcial das perdas, e foi fruto de nossa greve de 70 dias no semestre passado.

Por outro lado a nova política salarial do Governo também é fruto da nossa greve, nós participamos ativamente da sua elaboração e não podemos ficar fora dela.

A ADUNICAMP sempre agiu com equilíbrio e competência na defesa dos interesses dos docentes e da Universidade.

Recusamos qualquer responsabilidade pela "Autonomia" concedida pelo Governo do Estado e aceita pelos Reitores.

Na última sexta-feira reiteramos um pedido de audiência com o CRUESP para discutirmos a situação criada pelo Decreto da Autonomia. Esta reunião será realizada no dia 14/02 (terça-feira), às 17:00 horas, em São Paulo.

Para esta segunda-feira (13/02), estamos convocando uma **ASSEMBLÉIA GERAL**, às 12:00 horas, na CB-10, para discutirmos com os docentes o que fazer.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUNICAMP

PARTE:

- DELEGADOS PARA O CONGRESSO DA ANDES.
- DELEGADOS PARA O CONGRESSO DA CORRENTE SINDICAL CLASSISTA.
- REAJUSTE DE FEVEREIRO.

DIA 13/02 (2ª FEIRA)

HORÁRIO: 12:00 HORAS

LOCAL: CB-10

**NOSSOS SALARIOS EM FEV/89
REAJUSTE DE 25,43%
NOSSA REIVINDICAÇÃO**

REGIME	RTP	RTC	RDIDP
MS-1	137.89	344.76	948.08
MS-2	189.66	474.17	1304.00
MS-3	227.81	569.54	1566.24
MS-4	260.59	651.48	1791.59
MS-5	270.61	676.54	1860.50
MS 6	325.71	814.31	2.239.47

adunicamp

BOLETIM

Nº 06/89

DATA: 13/02/89

AUTONOMIA - BAIXOS SALARIOS

O Decreto do Governo do Estado de 02 de Fevereiro de 1989, estabelece para as três Universidades Estaduais a porcentagem de 8,4% da cota parte do estado do ICMS.

Como mostra a tabela abaixo este é um percentual insuficiente para a manutenção do poder aquisitivo dos nossos salários e da Universidade.

MASSA SALARIAL DAS 3 UNIVERSIDADES				
MES	REPASSE A UNIVERSID. 8.4% ICMS	POLÍTICA SALARIAL REIVINDICADA	POLÍTICA SALARIAL DOS REITORES (CRUESP)	SE OS REAJUSTES DO FUNCIONALISMO FOSSEM APLICADOS AS UNIVERSIDADES.
JAN/89	33.108	35.780	35.780	30.210*
FEV/89	37.128*	44.878	?	37.890*
TOTAL	70.236	80.658	≥ 71,56	68,10*

* VALORES ESTIMADOS

OBS: NÃO ESTÃO INCLUIDAS AS PROVISÕES COM 13ª SAL E 1/3 DE FÉRIAS. VALORES EM MILHÕES DE CRUZADOS NOVOS.

Notamos na tabela que o repasse do Governo em Janeiro foi insuficiente para pagar os salários dos docentes e funcionários das Universidades.

Se fosse aplicado às Universidades a política salarial do funcionalismo, no mês de FEV/89 o repasse do Governo (8,4% do ICMS) seria insuficiente para pagar os salários, do mesmo mês (compare a 2ª coluna com a 5ª coluna).

A ADUNICAMP sempre se posicionou de forma contrária que a Autonomia fosse concedida de maneira apressada e não participou dos estudos que levaram à percentagem estipulada pelo Governo.

É surpresa para nós que os Reitores tenham aceito o percentual de 8,4% do ICMS, já que estudos da própria Reitoria da UNICAMP mostram que em 1987 o repasse do Governo para as três Universidades foi de 12,88% do ICM. De 87 a 89 aumentou o número de funcionários, em 88 incorporou-se Bauru à UNESP e que nestes anos os nossos salários já estavam muito arrojados.

AUTONOMIA: OS ALERTAS DA ADUNICAMP

1 - No final de novembro de 88 (25/11), o Governador Quéricia criou uma Comissão composta por Reitores e Secretários de Estado que deveria apresentar propostas que possibilitassem a aplicação do disposto no Artigo 207 da Constituição Federal (que prevê a Autonomia Didático-Científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial).

2 - Em Boletim de 30/11/88, a ADUNICAMP observa que:

- "A discussão sobre a Autonomia é antiga no movimento docente e foi conquistada com muita luta na atual constituição."

- Os estudos sobre a implantação da Autonomia devem "prever a inclusão, no texto da Constituição Estadual", de dispositivo que garanta o compromisso do Estado para com a Universidade, via percentual fixo ou outra medida semelhante."

- A "preocupação" do Governo com a Autonomia significa, na verdade, "a intenção de jogar sob a responsabilidade de cada Universidade a concessão de reajustes salariais conforme disponibilidade interna, eliminando, assim, as campanhas salariais levadas a efeito com o Governo do Estado."

3 - Alguns eventos:

Evento 1 : Nos dias 15 e 16 de dezembro de 88, realizou-se, no Centro de Convenções da UNICAMP, o Fórum Nacional de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais. Um dos temas centrais desse Fórum foi a Autonomia Universitária. O Reitor Paulo Renato fez uma conferência sobre a "Questão da Autonomia."

Evento 2 : A Reitoria da UNICAMP promoveu nos dias 16, 17 e 18 de janeiro, no Novotel, um Seminário sobre Autonomia Universitária com a participação de educadores de outras Universidades e de alguns Diretores da UNICAMP.

A ADUNICAMP - entidade representativa dos professores desta Universidade - não foi convidada a participar de nenhum desses dois eventos.

4 - No início de dezembro de 1988, o CONSU criou uma Comissão que deveria discutir, a nível interno, a questão da Autonomia. Esta Comissão, composta por dois representantes de funcionários, dois representantes de docentes, dois representantes de alunos, além de quatro diretores e do Vice-Reitor, reuniu-se apenas três vezes. A posição defendida pela ADUNICAMP, em todas as ocasiões, está claramente exposta em dois artigos assinados pela sua presidente. Alguns trechos dos referidos artigos merecem ser transcritos:

Já podemos perceber por algumas das questões colocadas os grandes desafios que temos pela frente, no próximo ano. O risco ao se tomar decisões apressadas é grande. É por esse motivo que a Adunicamp acompanha com muito cuidado essa questão e vê com preocupação a decisão apressada do Governo do Estado ao nomear comissão para apresentar propostas para autonomia até dia 28 de dezembro.

Temos clareza que a intenção do Governo do Estado com essa medida é jogar para a própria Universidade toda a decisão sobre os salários de docentes e funcionários. A última greve representou um grande desgaste político para o governador, que quer evitar futuramente esse problema.

Ao repassar globalmente os recursos orçamentários — aí incluídos os salários —, a intenção do Governo do Estado, que se tem mostrado insensível perante a situação salarial das universidades, é deixar a discussão sobre a divisão e destinação dos recursos para conceder os reajustes salariais à Reitoria, além da "responsabilidade" absurda de decidirmos se queremos ter recursos para livros ou reajuste salarial.

Concordamos com vários colegas que já têm colocado lasistemente que, ao se confirmar essa perspectiva, estaremos destruindo a Universidade, dado o grave quadro econômico e o extremo arrocho salarial em que vivemos.

JORNAL DA UNICAMP, janeiro de 89, "Novos Compromissos e Uma Proposta":

Queremos a AUTONOMIA que signifique também o compromisso do Estado com a educação com o ensino público e gratuito. Autonomia política e não apenas financeira como quer a Reitoria. Autonomia que pressupõe democracia interna, a possibilidade de ampla participação da comunidade nos destinos da Universidade e sobre a destinação de seus recursos orçamentários. Autonomia que não signifique a substituição de uma centralização externa pela centralização da Administração e da Reitoria. Autonomia que significa gestão democrática do ensino público, tal como inscrito na Constituição Federal. Autonomia para podermos escolher diretamente o Reitor, eliminando a interferência do Estado na eleição dos nossos dirigentes.

JORNAL DA ADUNICAMP, dezembro de 88, editorial "ADUNICAMP em Defesa da Universidade Pública Paulista":

5 - O Secretário da Ciência e Tecnologia, prof. Belluzo, em reunião com as três AD's, no dia 21/12/88, informou que as discussões sobre a Autonomia estavam adiadas sine die. Na ocasião, o Secretário concordou que o Fórum privilegiado para essas discussões era a Constituinte Estadual, dada a complexidade de fatores que tal questão envolve. (Boletim de 04/01/89).

A luta por essa autonomia, que implica um projeto de Universidade, vai se dar essencialmente na Constituinte Estadual, através de ação organizada das entidades representativas dos diferentes setores da Universidade e da Educação de 1º e 2º Graus, dos educadores e da população em geral.

Uma vez vencida essa etapa, trata-se de garantir, a nível interno, os mecanismos que materializem essas idéias e esses princípios inscritos na Constituição. Nessa direção, a Diretoria da ADUNICAMP está lançando a idéia da realização de um Congresso da UNICAMP, com a participação de funcionários, professores e estudantes, cujo objetivo fundamental será apresentar propostas de modificação dos Estatutos da UNICAMP.

GREVE GERAL CONTRA O PACOTE DE VERÃO

A CUT e a CGT resolveram pela decretação de uma GREVE GERAL contra o pacote de verão do Governo Sarney. Infelizmente as duas Centrais não acertaram uma data comum. Ainda resta uma possibilidade de marcação desta data comum. De qualquer modo a CUT está indicando a data de 1º de Março para início da Greve Geral.

A ADUNICAMP já se posicionou contra este pacote que arrocha os salários e aprofunda a recessão e a entrega das riquezas nacionais ao capital estrangeiro.

Enquanto o Brasil continuar pagando a dívida externa e os latifundiários continuarem a impedir a reforma agrária, as perspectivas são apenas o aprofundamento da crise.

Para preparar a Greve Geral a CUT está convocando atos públicos para o dia 16 de fevereiro.

Em Campinas este se realizará às 18:00 horas no Largo do Rosário.

16 de FEVEREIRO - 4ª FEIRA
18 horas - LARGO DO ROSÁRIO
ATO CONTRA O PACOTE DE VERÃO